



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
Mestrado em Relações Internacionais

**DO IMOBILISMO AO RETORNO DO ENGAJAMENTO ASSERTIVO:  
a política de comércio exterior dos governos Obama (2009 – 2017) e suas  
implicações para o regime internacional de comércio**

**LEONARDO DINIZ LAMEIRAS**

**Brasília**

**2017**



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
Mestrado em Relações Internacionais

**DO IMOBILISMO AO RETORNO DO ENGAJAMENTO ASSERTIVO:  
a política de comércio exterior dos governos Obama (2009 – 2017) e suas  
implicações para o regime internacional de comércio**

**LEONARDO DINIZ LAMEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

Orientador: Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes

**Brasília**

**2017**

**Nome: LAMEIRAS, Leonardo Diniz**

**Título: DO IMOBILISMO AO RETORNO DO ENGAJAMENTO ASSERTIVO:  
a política de comércio exterior dos governos Obama (2009 – 2017) e suas  
implicações para o regime internacional de comércio**

**Dissertação apresentada ao Instituto de  
Relações Internacionais da Universidade de  
Brasília para a obtenção do título de Mestre  
em Relações Internacionais**

**Aprovação em: 06/03/2017**

**BANCA EXAMINADORA:**

**Professor Dr. Roberto Goulart Menezes**

Julgamento: aprovada  
Assinatura:

**Professor Dr. Haroldo Ramanzini Júnior**

Julgamento: aprovada  
Assinatura:

**Professor Dr. Thiago Lima da Silva**

Julgamento: aprovada  
Assinatura:

## AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Aos meus pais, Mário e Roseane, que sempre me incentivaram a ir em busca dos meus sonhos e com quem aprendi as mais valiosas lições, até hoje, nunca ensinadas em sala de aula. A eles dedico este trabalho;

Aos meus irmãos, Juliana e Gabriel, por tornarem os nossos laços de fraternidade cada dia mais fortes, a despeito dos muitos quilômetros que nos separam;

Ao meu avô, José Venâncio Braga Diniz, e ao meu padrinho, Fernando Lameiras, que no transcurso deste Mestrado vieram a falecer sem que eu pudesse saldar a enorme dívida que com cada um sempre terei: o privilégio de sua amizade;

Aos meus tios, Marília e Evandro, pelas ótimas prosas, pelos faustosos almoços de domingo e pela tão generosa acolhida em Brasília;

Aos amigos Filipe, Daniel, Carol, Rafael, Truyitralau, Aline, Matheus, Íris e Larissa, com quem pude compensar as horas de trabalho com boas doses de risos;

Ao Professor Roberto Menezes, pela dedicação, empenho e rigor profissional com que conduziu todo o processo da orientação;

A todos os colegas da pós-graduação, pelos fecundos diálogos que tornaram a minha experiência acadêmica muito mais enriquecedora;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos;

A todos os funcionários do Restaurante Universitário (R.U) da Universidade de Brasília, a quem sou muito grato pelas refeições diárias que me proporcionaram o saldo energético necessário para enfrentar essa jornada de dois anos.

*“Qualquer coisa que você faça será insignificante, mas é muito importante que você o faça, pois ninguém o fará por você. ”*

*(Mahatma Gandhi)*

## RESUMO

Esta dissertação analisa a política de comércio exterior que foi concebida ao longo dos dois governos de Barack Obama (2009 – 2017) na Presidência dos Estados Unidos, com o objetivo de revelar suas potenciais implicações para o regime internacional de comércio. No curso desses oito anos, busca-se explicar o processo histórico que fez com que os Estados Unidos transitassem do imobilismo a um engajamento mais assertivo no que se refere à inserção internacional pela via do comércio. Ademais, faz-se uso do enfoque analítico-metodológico que Susan Strange desenvolve na obra *States and markets*, a fim de melhor elucidar os objetivos estratégicos, para além da liberalização comercial, que estão associados à escolha dos mega-acordos regionais como os principais instrumentos da política de comércio exterior do governo democrata. De acordo com a hipótese central deste estudo, por intermédio dessa política, os Estados Unidos promoveriam modificações no arcabouço normativo do sistema multilateral de comércio, submetendo o atual regime internacional que disciplina as trocas comerciais entre os países a significativas transformações.

**Palavras-chave:** política de comércio exterior; governos Obama; regime internacional de comércio.

## ABSTRACT

This dissertation analyses the foreign trade policy conceived throughout the Obama administration (2009 – 2017) with the purpose of revealing the policy's potential implications for the international trade regime. The aim of this study is to explain the historical process that led the United States to move from immobilism to a more assertive engagement during these eight years, with regard to its international insertion through trade. Moreover, the analytical-methodological approach that Susan Strange presents in *States and markets* is here employed to better clarify strategic objectives beyond trade liberalization, which are associated with the preference for mega-regional agreements as the main tools of the Democratic administration's foreign trade policy. According to the central hypothesis of this study, by adopting that trade policy, the United States would bring about changes in the normative framework of the multilateral trade system, further subjecting the current international regime that regulates trade between countries to significant transformations.

**Keywords:** U.S. foreign trade policy; Obama's administrations; international trade regime.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- APCs – Acordos Preferenciais de Comércio
- ARRA – *American Recovery and Reinvestment Act*
- ASEAN – *Association of Southeast Asian Nations*
- BIT – *Bilateral Investment Treaty*
- CAFTA-DR – *The Dominican Republic-Central American Free Trade Agreement*
- EGA – *Environmental Goods Agreement*
- EMIT Group – *Working Group on Environmental Measures and International Trade*
- E.U – *European Union*
- EUA – Estados Unidos da América
- FTAs – *Free Trade Areas*
- FTAAP – *Free Trade Area of the Asia-Pacific*
- GATS – *General Agreement on Trade in Services*
- GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*
- GDP – *Gross Domestic Product*
- IED – Investimento Externo Direto
- ITA – *Information Technology Agreement*
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- NAFTA – *North American Free Trade Agreement*
- NAMA – *Non-Agricultural Market Access*
- NEI – *National Export Initiative*
- OIC – Organização Internacional do Comércio
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- RCEP – *Regional Comprehensive Economic Partnership*
- RTAs – *Regional Trade Agreements*
- TAA – *Trade Adjustment Assistance*
- TIFAS – *Trade and Investment Framework Agreements*



TiSA – *International Services Trade Agreement*  
TPA – *Trade Promotion Authority*  
TPP – *Trans-Pacific Partnership*  
TRIMS – *Agreement on Trade-Related Investment Measures*  
TRIPS – *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*  
T-TIP – *Transatlantic Trade and Investment Partnership*  
U.E – União Europeia  
UKIP – *United Kingdom Independence Party*  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
U.S – *United States*  
USTR – *United States Trade Representative*  
WTO – *World Trade Organization*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma e variáveis da cadeia causal .....	17
Figura 2 – A pirâmide de Strange e as quatro faces do <i>poder estrutural</i> .....	24
Figura 3 – A pirâmide <i>pós-strangeana</i> .....	37
Figura 4 – O percentual de votos dos Partidos Republicano e Democrata favorável a matérias sobre política de comércio exterior na Câmara dos Representantes .....	43
Figura 5 – Evolução do Produto Interno Bruto dos EUA (2006 – 2016).....	59
Figura 6 – Desempenho da produtividade (por hora e por pessoa) na economia dos EUA (2005 – 2015), sem levar em conta o setor agropecuário .....	59
Figura 7 – Evolução do agregado exportador de 2009 a 2014 (em trilhões de dólares) .....	60
Figura 8 – Todos os acordos regionais de comércio notificados ao GATT/OMC, entre 1949 e 2015, no ano em que entraram em vigor .....	76
Figura 9 – O spaghetti bowl dos acordos de livre comércio no continente americano .....	79
Figura 10 – As distâncias de Jaccard entre o Capítulo 9 do TPP e os 20 acordos de investimentos que mais se assemelham a ele .....	95

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – As categorias dos acordos e seus respectivos compromissos em matéria de direitos ambientais.....	99
Tabela 2 – As categorias dos acordos e seus respectivos compromissos em matéria de direitos trabalhistas.....	101

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – O ENFOQUE ANALÍTICO-METODOLÓGICO .....	18
1.1 O poder estrutural segundo Susan Strange .....	18
1.2 Uma releitura do enfoque analítico-metodológico strangeano .....	34
CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DOS GOVERNOS OBAMA (2009 – 2017) .....	40
2.1 Os anos de imobilismo no primeiro governo Obama (2009 – 2012).....	40
2.2 O segundo governo Obama (2013 – 2017): a retomada do ativismo comercial.....	52
2.3 Os mega-acordos e o uso do poder estrutural na escritura das novas regras comerciais	62
CAPÍTULO 3 – IMPLICAÇÕES PARA O REGIME INTERNACIONAL DE COMÉRCIO .....	73
3.1 Os “novos temas” e as modificações no arcabouço normativo do sistema multilateral de comércio.....	73
3.2 A Parceria Transpacífico: um novo paradigma para a governança do comércio internacional?.....	85
3.2.1 Direitos de propriedade intelectual e medidas de investimento relacionados ao comércio: as normas “OMC-Plus” .....	86
3.2.2 Direitos ambientais e trabalhistas: as normas “OMC-Extra” .....	95
3.3 Implicações da política de comércio exterior dos governos Obama: mudança no ou do regime internacional de comércio? .....	103
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	117

## INTRODUÇÃO

History tells us that there is an American tradition. Americans don't passively stand by. We engage. We shape. We lead. That is precisely what we are doing right now in trade (TRADE POLICY AGENDA, 2015, p. 7).

[A]s RTAs [regional trade agreements] proliferate and their scope broadens to include policy areas not regulated multilaterally, the risks of regulatory confusion, distortion of regional markets, and severe implementation problems are likely. This will be to the detriment of all Members [of the World Trade Organization], but small countries, which already suffer from limited negotiating leverage and capacity, will be disproportionately affected (PANITCHPAKDI, 2002).

Enquanto domínio das interações humanas, o comércio constitui uma das faces mais visíveis das relações internacionais, concorrendo com outros fenômenos como a guerra e o deslocamento humano para além de seu espaço de vivência habitual. Não surpreende, portanto, que muitos dos esforços empreendidos pelos cientistas sociais têm se voltado, desde há muito, ao estudo de como as trocas de bens se associam às escolhas estratégicas dos governos para levar a cabo projetos de desenvolvimento socioeconômico. Ademais, em um sistema internacional em que a interdependência econômica se consagra como realidade quase irreversível, é natural que a política de comércio exterior ocupe lugar central na implementação de políticas públicas que promovam o bem-estar da sociedade.

Desde 1947, ano em que entra em vigor o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, a dinâmica do intercâmbio comercial foi influenciada, em larga medida, pelo conjunto de normas acordadas entre os entes estatais em sucessivas rodadas de negociações. Ao longo desse percurso, que teve como ápice da concertação política a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, foi notório o engajamento ativo dos Estados Unidos (EUA) no desenvolvimento do arcabouço regulatório que disciplinaria os fluxos comerciais na ordem econômica internacional. Para os sucessivos governos norte-americanos, independente do partido que ocupasse o poder na ocasião, se Republicano ou Democrata, escrever as “regras do jogo” significava assegurar as vantagens competitivas de seus nacionais ante os concorrentes no mercado global.

Nesse contínuo processo de adensamento normativo, o multilateralismo despontou como opção privilegiada nos cálculos estratégicos dos responsáveis pela formulação da política de comércio exterior dos EUA. Em tempos mais recentes, no entanto, novas

iniciativas sugerem que essa estratégia vem sendo objeto de revisão, a fim de adaptar-se às circunstâncias que foram se apresentando como obstáculos ao afã norte-americano de robustecer o sistema multilateral de comércio de acordo com suas convicções sobre o que significa um ambiente justo de competição.

No recuo de mais de uma década, elementos de ruptura e continuidade com a administração republicana de George W. Bush são identificados quando se analisam as iniciativas dos governos de Barack Hussein Obama em matéria de política de comércio exterior. Nesse regresso ao passado recente, o lançamento do programa republicano denominado de *liberalização competitiva*<sup>1</sup> é marco inaugural para uma nova assertividade no que concerne à inserção internacional do país por intermédio do comércio. Grosso modo, tratava-se de conferir ênfase às negociações bilaterais e regionais como meios mais adequados para que os EUA exercessem maior poder de barganha junto aos demais países, de modo a complementar e reforçar as tratativas em curso no nível multilateral (CHAN, 2005).

Frustrados com a paralisia das negociações no âmbito da organização afiançadora do sistema multilateral de comércio e desiludidos com a perspectiva de que o projeto da ALCA<sup>2</sup> pudesse vingar, os EUA fizeram da via bilateral e regional de negociação uma oportunidade de impor sua agenda comercial para além da simples desgravação tarifária. Ao firmarem acordos de livre comércio com outros países, os chamados *templates*, que basicamente seguiam a moldura do NAFTA, os artífices da política comercial de “Bush filho” encontraram uma fórmula que parecia responder às necessidades prementes do país de, a um só tempo, abrir novos mercados aos seus produtos e serviços, além de aprovar as denominadas *trade related issues*. Objetivos a que se contrapunha a maioria dos países de menor desenvolvimento relativo, os quais, reunidos em agrupamentos formais e informais, passaram e continuam a exigir regras mais justas em termos de distribuição de ganhos.

Após anos de uma ativa diplomacia comercial republicana, sobreveio uma fase em que prevaleceu uma postura de retraimento no que diz respeito às negociações comerciais, coincidindo com o primeiro mandato de Barack Obama na Presidência dos EUA. Tudo indicava que as ações do governo estavam coerentes com as promessas de campanha de não dar seguimento às diretivas comerciais da administração antecessora. Contudo, o que parecia

---

<sup>1</sup> Nova estratégia comercial que, segundo documento oficial divulgado pelo governo, a *Trade Policy Agenda* de 2005, teria sido lançada em 2001, quando se iniciava o primeiro governo de George W. Bush.

<sup>2</sup> Programado para estabelecer a área de livre comércio de maior abrangência geográfica do mundo, ao reunir 34 países, além de fixar regras comuns em outros temas, o projeto de criação da ALCA, cujas negociações foram iniciadas na Cúpula das Américas de 1994, durante o governo Clinton, foi inviabilizado graças à decisão dos governos brasileiro, argentino e venezuelano de pôr termo às rodadas de negociações, em 2005, na Cúpula das Américas de Mar del Plata.

um sinal de deliberada rejeição dos postulados do livre comércio, em geral, e da doutrina da *liberalização competitiva*, em particular, logo se esvaiu em críticas infundadas. Com efeito, ao iniciar o segundo governo Obama, novas diretrizes apontaram para uma retomada do ativismo comercial que havia caracterizado o último governo republicano, a despeito da escolha de distintos instrumentos legais para torná-las efetivas. Em vez dos tratados bilaterais de livre comércio, a administração democrata privilegiou negociações de acordos de maior escopo normativo e geográfico.

Tendo como pano de fundo os fatos acima narrados, este trabalho buscará responder a seguinte pergunta de pesquisa: quais as implicações da política de comércio exterior concebida ao longo dos governos Obama para o regime internacional de comércio? Desse questionamento amplo se desdobra a seguinte hipótese que, com base na análise empírica dos fatos e dos documentos e na argumentação a ser desenvolvida, será objeto de confirmação ou refutação, no todo ou parcialmente; a saber: *ceteris paribus*<sup>3</sup>, *ao fazer uso de seu “poder estrutural” por meio da política de comércio exterior idealizada ao longo dos governos Obama, os EUA modificariam o arcabouço normativo que disciplina os fluxos globais de comércio, resultando em uma mudança tanto “no” quanto “do” atual regime internacional de comércio.*

Para responder à pergunta central e testar a hipótese da pesquisa, o presente trabalho está organizado em três capítulos, encadeados em uma sequência lógico-argumentativa. No primeiro, será apresentado o conceito de *poder estrutural* que a acadêmica britânica Susan Strange desenvolve na obra *States and markets*. Parte-se do pressuposto de que a aplicação de tal conceito, enquanto elemento fundamental do enfoque analítico-metodológico concebido pela autora, vai ao encontro do propósito de descortinar nuances da realidade da economia política internacional que, nem sempre, são de fácil percepção. No caso sob análise, servirá para melhor entender as motivações e as escolhas estratégicas que fundamentaram a formulação das agendas de política comercial nos governos Obama. Não se trata, portanto, de um trabalho com a finalidade precípua de testar a validade da perspectiva analítica de Strange, ainda que sua utilidade para os estudos dos fenômenos da economia política internacional venha a ser lateralmente posta à prova.

À segunda parte corresponde o próprio período de análise deste trabalho: os oito anos que perpassam os dois mandatos de Barack Obama na Presidência dos EUA, que se estendem de 20 de janeiro de 2009 a 20 de janeiro de 2017. O foco será dirigido ao conteúdo das

---

<sup>3</sup> Isto é: “mantidas inalteradas todas as outras coisas”.

agendas de política comercial dos dois governos, ressaltando seus principais instrumentos legais, a exemplo dos projetos de acordos comerciais que contaram com o engajamento ativo dos EUA. De fundamental importância será o resgate das variáveis conjunturais que ajudam a explicar os perfis de comportamento estatal que distinguem o primeiro do segundo governo no tocante às negociações comerciais. Em outras palavras, buscar-se-á identificar o conjunto de fatores, domésticos e externos, que elucidam o que se apresentou como uma verdadeira guinada da política de comércio exterior, da introversão à assertividade.

Os dois primeiros capítulos deter-se-ão ao exame da variável independente: o uso do *poder estrutural* pelos EUA, que se traduz na própria reformulação das diretrizes da política de comércio exterior ao longo dos governos Obama. Sendo assim, reitera-se: ao conceito de *poder estrutural* se voltará o primeiro capítulo, e sobre o conteúdo das agendas de comércio exterior e como ele se relaciona à perspectiva analítica proposta por Strange tratará o segundo capítulo. Em conformidade com que asseveram Marconi e Lakatos (2000, p. 189), entende-se por variável independente como aquela que “influência, determina ou afeta outra variável; é o fator determinante, condição ou causa para determinado resultado, efeito ou consequência”. Ao último capítulo será reservada a comprovação da variável dependente, que se desdobra em duas outras variáveis: a mudança *no* e *do* regime internacional de comércio. Para os fins desta pesquisa, assume-se como sendo variável dependente “o fator que aparece, desaparece ou varia à medida que o investigador introduz, tira ou modifica a variável independente” (MARCONI e LAKATOS, 2000, p. 189).

Na cadeia causal da hipótese em apreço, como se pode observar na Figura 1, o liame entre a variável independente (X) e a variável dependente (Y) será realizado pela interveniência dos principais instrumentos da política comercial de Obama: os mega-acordos de comércio e investimento. Ambos os instrumentos se interpõem na relação causal (XY), constituindo a variável interveniente (W) do modelo sugerido, de modo a satisfazer as três relações assimétricas que Marconi e Lakatos (2000, p. 211) consideram como condições necessárias para a verificação de sua existência: 1) “a definição de uma relação causal original entre as variáveis independente e dependente (X-Y)”; 2) “uma relação entre a variável independente e a variável interveniente (XW), de tal modo que a variável independente atua como causa da variável interveniente”; 3) “uma relação entre a variável interveniente e a variável dependente (WY), de tal modo que a variável interveniente atua como causa da variável dependente.”

Para tanto, à título de comprovação empírica, realizar-se-á uma análise comparativa entre dispositivos normativos dos acordos multilaterais da OMC e aqueles que constam no

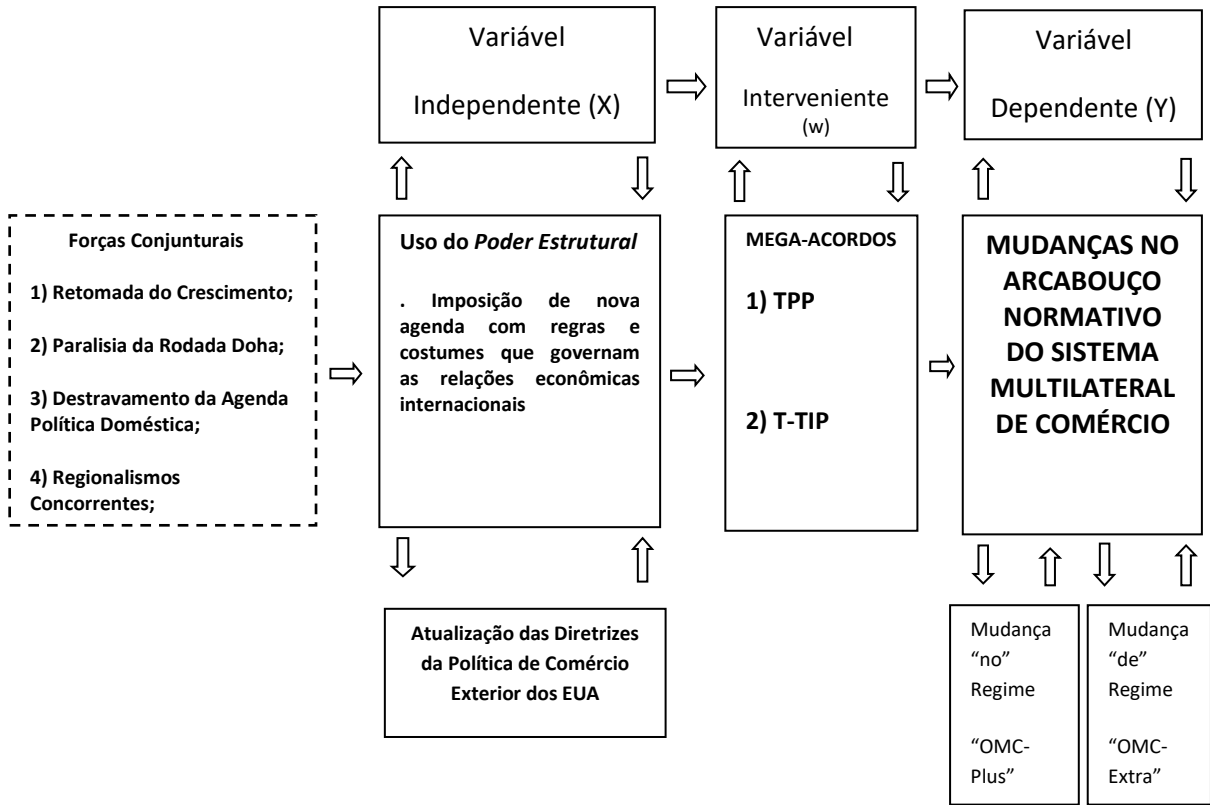


Tratado da *Parceria Transpacífico* (TPP): o mais importante instrumento legal, até então, assinado pelo governo Obama. Nesse estudo comparativo, em conformidade com a hipótese sugerida, tenciona-se encontrar no TPP tanto normas já contempladas pelos acordos multilaterais da OMC – aqueles de que são partes todos os membros da organização –, mas que buscam alargar o seu núcleo normativo, o que comprovaria a mudança *no* regime, quanto disciplinas inéditas, que escapam ao arcabouço normativo que regula as relações entre todos os sócios daquele organismo internacional, atestando a hipótese de que os EUA também estariam promovendo uma mudança *do* próprio regime internacional de comércio que vinha se consolidando desde 1947.

Como se pode inferir, será indispensável o resgate de alguma perspectiva analítica, consagrada na literatura da disciplina acadêmica de Relações Internacionais, que verse sobre o conceito de regimes internacionais e suas possibilidades de transformação. Para cumprir com esse propósito, que será objeto de tratamento do terceiro capítulo, priorizar-se-ão as definições concebidas pelo cientista político Stephen Krasner, mas sem descuidar de inserir a análise do autor no contexto geral de outros relevantes trabalhos a respeito do mesmo tema.

O discurso de Supachai Panitchpakdi, então Diretor Geral da OMC, no Parlamento Europeu, por ocasião de uma conferência sobre os futuros desafios para a Rodada de Doha, chama a atenção para uma questão que intriga tanto a comunidade acadêmica quanto os agentes estatais que lidam com o comércio internacional: a recente onda de proliferação de acordos regionais e suas implicações para o sistema multilateral de comércio. Contribuiriam eles para o reforço ou para a dilapidação do sistema que tem como seu lastro jurídico-institucional a OMC? O dissenso que prevalece sobre o tema é revelador do grau de complexidade que ele suscita. Talvez o presente trabalho possa desvelar caminhos para um entendimento mais aproximado das forças que influenciarão os rumos do comércio internacional nos anos vindouros. Desde logo, parte-se da premissa de que uma resposta convincente não poderá ignorar as recentes escolhas estratégicas dos EUA no âmbito de sua política de comércio exterior. Como bem alardeou o próprio representante máximo do órgão encarregado da implementação das diretrizes comerciais do país: “Americans don’t passively stand by”. As próximas páginas se voltam a essas e outras considerações.

**Figura 1 – Fluxograma e variáveis da cadeia causal**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARONSON, Susan Ariel. Obama's Big Failure. **The International Economy**. Washington: DC: junho-setembro, 2010.

ALESSI, Christopher; McMahon, Robert. U.S. Trade Policy. **Council on Foreign Relations**: 14 de março de 2012.

ALSCHNER, Wolfgang; SKOUGAREVSKIY, Dmitriy. The new gold standard? Empirically situating the TPP in the investment treaty universe. Graduate Institute of International and Development Studies: Center for Trade and Economic Integration. **Working paper**. Genebra: 20 de novembro de 2015.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Introdução ao direito internacional público**. São Paulo: Atlas, 2008.

ASHBEE, Edward; WADDAN, Alex. The Obama Administration and the United States Trade Policy. **The Political Quartely**: vol. 81, no. 2, abril-junho, 2010.

BADIN, Michelle R. Sanchez. A regulação de “novos temas” em acordos preferenciais de comércio celebrados por União Europeia, Estados Unidos, China e Índia: pontos relevantes para o Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Texto para Discussão**: setembro de 2012.

BARFIELD, Claude; LEVY, Philip I. Tales of the South Pacific: President Obama and the Transpacific Partnership. **American Enterprise Institute for Public Policy Research**: no. 2, dezembro de 2009.

BARKER, Tyson. How TTIP lost steam: trade's headwinds. **Foreign Affairs**. Disponível em: <[www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-09-28/how-ttip-lost-steam](http://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-09-28/how-ttip-lost-steam)> Acesso em: 30 de agosto de 2016.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. A América do Sul em movimento. **Revista de Economia Política**: v. 28, n. 02, p. 226-238, junho de 2008.

BHANDARI, Surendra; KLAPHAKE, Jay. U.S. Trade Policy and the Doha Round Negotiations. **The International Studies Association of Ritsumeikan University**: vol. 10, 2011, pp. 71-93.

BOSSCHE, Peter Van den. **The law and policy of the World Trade Organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 737 p.

BRAGA, Carlos A. Primo. Innovation, trade and IPRs: implications for trade negotiations. Artigo apresentado em uma série de conferências organizadas pelo *East-West Center* sobre o tema “mega-regionalismo: novos desafios para o comércio e a inovação”. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2745500##](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2745500##)>. Acesso em: 13 de outubro de 2016.

BRANDI, Clara. The Doha Round is dead – long live the WTO? **The Current Column**. German Development Institute, 21 de dezembro de 2015.

BULL, Hedley. **The Anarchical Society: a study of order in world politics**. Basingstoke: Macmillan. 1977.

CHAN, Mignonne Man-Jung. U.S. Trade Strategy of “Competitive Liberalization”. **Tamkang Journal of International Affairs**: vol. 8, no. 3, janeiro de 2005.

CHEEK, Marney; GORE, Nikhil. The Trans-Pacific Partnership Investment Chapter: Maintaining Important Protections for U.S. Investors Overseas. 17 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.globalpolicywatch.com/2015/11/the-trans-pacific-partnership-investment-chapter-maintaining-important-protections-for-u-s-investors-overseas/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2015.

CHITTOORAN, Jay. TPP in brief: labor standards. **Third Way Fresh Thinking/Economy Memo**. Publicado em 18 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.thirdway.org/memo/tpp-in-brief-labor-standards>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

CHITTOORAN, Jay. TPP in brief: environmental standards. **Third Way Fresh Thinking/Economy Memo**. Publicado em 15 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.thirdway.org/memo/tpp-in-brief-environmental-standards>>. Acesso em: 21 de outubro de 2016.

CHUKWUMERIJE, Okezie. Obama’s trade policy: trends, prospects, and portends. **University of California Davis Journal of International Law & Policy**: 2010, vol. 16, no. 1.

COMISSÃO EUROPEIA. Impact assessment report on the future of EU-US trade relations. **Commission Staff Working Document**. Strasbourg: 2013. Disponível em: <[http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/march/tradoc\\_150759.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/march/tradoc_150759.pdf)>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

COOPER, William H. The Future of U.S. Trade Policy: An Analysis of Issues and Options for the 112th Congress. **Congressional Research Service Report for Congress**: 4 de janeiro de 2011.

COX, Robert W. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press: 1996.

COX, Robert W. **Production, power and world order**. New York: Columbia University Press, 1987. 500 p.

DUNNE, Tim; HANSEN, Lene; WIGHT, Colin. The end of International Relations theory? **European Journal of International Relations**: vol. 19, no. 3, 2013.

FEDERAL REGISTER. Office of the United States Trade Representative. U.S.-EU High Level Working Group on Jobs and Growth. Disponível em:

<https://www.regulations.gov/document?D=USTR-2012-0001-0001>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

FINANCIAL TIMES. US economy: statistics at a glance. Disponível em: <<https://ig.ft.com/sites/numbers/economies/us#gdp>>. Acesso em: 02 de agosto de 2016.

FIORI, J L. Globalização, hegemonia e império. *In*: TAVARES, M.C; FIORI, J. (org.). **Poder e dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 87-147.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder** (1 ed). Rio de Janeiro: Graal, 2008. 296 p.

FROMAN, Michael B. The Strategic Logic of Trade: New Rules of the Road for the Global Market. **Foreign Affairs**: novembro-dezembro de 2014.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**. Berkeley: University of California Press, 1984.

GILPIN, Robert. **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987, p. 472.

GONÇALVES, Samo Sérgio. Acordo sobre medidas de investimento relacionadas ao comércio (TRIMS): entraves às políticas industriais dos países em desenvolvimento. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Texto para Discussão**: agosto de 2011.

GUZZINI, Stefano. Structural power: the limits of neorealist power analysis. *International Organization*: vol. 47, no. 3, 1993, pp. 443-478.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1995.

HASENCLEVER, Andreas; MAYER, Peter; RITTBERGER, Volker. **Theories of International Regimes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, 248 p.

HASENCLEVER, Andreas; MAYER, Peter; RITTBERGER, Volker. Las teorías de los Regímenes Internacionales: situación actual y propuestas para una síntesis. El Colegio de Mexico. **Foro Internacional**: vol. 39, no. 4, 1999, pp. 499-526.

HERREROS, Sebastián. The Trans-pacific Strategic Economic Partnership Agreement: a Latin American perspective. **United Nations/ECLAC: Division of International Trade and Integration**: março de 2011.

HOLSTI, Kalevi J. **International politics: a framework for analysis** (3. ed.). New Jersey: Prentice-Hall. 548 p.

HORN, H.; MAVROIDIS, P.C.; SAPIR, A. Beyond the WTO? An anatomy of EU and US preferential trade agreements. **CEPR Discussion Paper** (n. DP7317): June 2009. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1433913](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1433913)>. Acesso em: 07 de outubro de 2016.

HORNBECK, J. F. Trade Adjustment Assistance (TAA) and its role in the U.S. Trade Policy. **Congressional Research Service Report for Congress**: 9 de janeiro de 2013.

KAROL, David. Congress, the President and Trade Policy in the Obama Years. Artigo apresentado no painel Congress and the Politics of Trade, realizado no Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, D.C., March 19, 2012.

KEOHANE, Robert O. **International institutions and state power**. Boulder: Westview Press, 1989.

KEOHANE, Robert O. The theory of hegemonic stability and changes in international economic regimes. *In*: HOLSTI, Ole R; SILVERSTON, E. M; GEORGE, A. (org.). **Change in the International System**. Boulder: Westview Press.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. S. **Power, and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown. 1977.

KINDLEBERGER, Charles P. **The world in depression: 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1973, 336 p.

KRASNER, Stephen. Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**: vol. 36, no. 2, spring, 1982, pp. 185-205.

KRASNER, Stephen D (Ed.). **International regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LAMPEDUSA, Tomasi di. **O Leopardo** (3.ed.). São Paulo: Difusão Européia do livro, 1963.

LEWIS, Meredith Kolsky. The Trans-Pacific Partnership: New Paradigm or Wolf in Sheep's Clothing? **Boston College International and Comparative Law Review**: vol. 34, no. 1, 1 de janeiro de 2011.

LEWIS, Paul. Barack Obama given "fast-track" authority over trade deal negotiations. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2015/jun/24/barack-obama-fast-track-trade-deal-tpp-senate>>. Acesso em: 24 de junho de 2015.

LIAO, Rebecca. Fair Trade: The TPP's Promise and Pitfalls. **Foreign Affairs**: 3 de dezembro de 2015.

LIMA, Thiago. A política comercial na agenda de política externa dos EUA para a América Latina. Porto Alegre: **Revista Debates**, vol .2, no.1, pp. 98-122, jan.-jun, 2008.

MANYIN, Mark E.; DAGGETT, Stephen; DOLVEN, Ben; LAWRENCE, Susan V.; MARTIN, Michael F.; O'ROURKE, Ronald; VAUGHN, Bruce. Pivot to the Pacific? The Obama Administration's "Rebalancing" Toward Asia. **Congressional Research Service**: 28 de março de 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis; metodologia jurídica (3ª ed.). São Paulo: Atlas, 2000.

MEACHAM, Carl. Why should the United States join the Pacific Alliance? **Center for Strategic and International Studies**: 2013. Disponível em: <<http://csis.org/publication/why-should-unitedstates-join-pacific-alliance>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

MENDONÇA, Filipe; LIMA, Thiago. Título do Capítulo (2016): A política comercial dos Estados Unidos no governo Barack Obama: heranças, estratégias e desafios. No prelo.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Roda de Doha da Organização Mundial do Comércio*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/694-a-rodada-de-doha-da-omc>>. Acesso em: 06 de agosto de 2016.

MISHKIN, Frederick S. Over the cliff: from the subprime to the global financial crisis. **Journal of Economic Perspectives**. Nashville: American Economic Association, vol. 25, no. 2, 2011, pp. 49-70 (22).

OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá. Brasília: FUNAG, 2015, p. 298.

ONUF, Nicholas. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. South Carolina: University of South Carolina Press, 1989.

PANDA, Ankit. Pacific Rim States Can (And Will) Move Forward on Trade Without the US. **The Diplomat** Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/11/pacific-rim-states-can-and-will-move-forward-on-trade-without-the-us/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2016.

ROFFE, Pedro; SPENNEMANN, Christoph. Preferential Trade Agreements and Intellectual Property Rights. In: STIGLITZ, Joseph; REICHMAN, Jerome; OKEDIJI, Ruth; MASKUS, Keith; DOSI, Giovanni; CIMOLI, Mario (org.). **Intellectual Property Rights: legal and economic challenges for development**. Oxford: Oxford University Press, 2014 (1ª ed.).

RUGGIE, John Gerard. International regimes, transactions, and changes: embedded liberalism in postwar economic order. **International Organization**. Massachusetts: MIT Press, vol. 36, no. 2, 1982 pp. 379-415.

SANAHUJA, José Antonio. El desplome del dólar y la crisis de las finanzas globales: cambio estructural en el sistema internacional. In: MESA, Manuela Peinado (org.). **Escenarios de crisis: fracturas y pugnas en el sistema internacional – Anuario 2008-2009**. Madrid: 2008, pp. 79-98.

SANAHUJA, José Antonio. El poder en las relaciones internacionales. Universidad Complutense de Madrid: 2009/2010.

SERBIN, Andrés. ¿Atlántico vs. Pacífico? Mega-acuerdos e implicaciones geo-estratégicas para América Latina y el Caribe. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI, Haroldo Júnior (org.) ¿Atlántico vs. Pacífico? América Latina y el Caribe, los cambios regionales y los desafíos globales. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires (CRIES): no 10, 2014.

SKIDMORE, David. The Obama Presidency and US Foreign Policy: Where's the Multilateralism? **International Studies Perspectives**: 2012, pp. 43-64.

SMITH, David. Trump withdraws from Trans-Pacific Partnership amid flurry of orders. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2017/jan/23/donald-trump-first-orders-trans-pacific-partnership-tpp>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2017.

SOUSA, Sarah-Lea John de. **Cambios en el poder estructural y países emergentes: el papel de Brasil como actor internacional** (1. ed.). Tese de Doutorado. Brasília: FUNAG, 2013. 451 p.

SOUZA, André de Mello e. O acordo sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS): implicações e possibilidades para a saúde pública no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Texto para Discussão**: maio de 2011.

STRANGE, Susan. Cave hic dragones: a critique of regimes analysis. **International Organization**: vol. 36, no. 2, spring, 1982.

STRANGE, Susan. **States and markets** (2. ed.). London: Pinter Publishers, 1994, 266 p.

SUTHERLAND, P.; SEWELL, J.; WEINER, D. Challenges facing the WTO and policies to address global governance. *In*: Sampson, G. **The role of the World Trade Organization in Global Governance**. United Nations University Press: 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política Internacional**. Rio de Janeiro (UFRJ): vol. 5, no. 2, 1985.

The White House. The U.S.-ASEAN Expanded Economic Engagement E3 Initiative. **Fact Sheet**. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/11/19/fact-sheet-us-asean-expanded-economic-engagement-e3-initiative>>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

The White House. **The Recovery Act**. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/recovery/about>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

THORSTENSEN, Vera. A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: vol. 41, no. 2, julho-dezembro de 1998.

Trade Policy Agenda (2009). The President's 2009 Trade Policy Agenda. Disponível em: <[https://ustr.gov/sites/default/files/uploads/reports/2009/asset\\_upload\\_file810\\_15401.pdf](https://ustr.gov/sites/default/files/uploads/reports/2009/asset_upload_file810_15401.pdf)>. Acesso em 13 de junho de 2016.

Trade Policy Agenda (2010). The President's 2010 Trade Policy Agenda. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/uploads/gsp/speeches/reports/2010/Annual%20Report/Chapter%20I%20President's%20Trade%20Policy%20Agenda.pdf>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

Trade Policy Agenda (2011). The President's 2011 Trade Policy Agenda. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/uploads/gsp/speeches/reports/IP/ACTA/about%20us/press%20office/reportpublications/2011/Chapter%20I.%20The%20Presidents%202011%20Trade%20Policy%20Agenda.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2016.



Trade Policy Agenda (2012). The President's 2012 Trade Policy Agenda. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/FULL%20REPORT%20%20PRINTED%20VERSION.pdf>>. Acesso em: 25 de junho de 2016.

Trade Policy Agenda (2013). The President's 2013 Trade Policy Agenda. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/Chapter%20I%20%20The%20President's%20Trade%20Policy%20Agenda.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

Trade Policy Agenda (2014). The President's 2014 Trade Policy Agenda. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/Chapter%20I%20The%20Presidents%20Trade%20Policy%20Agenda.pdf>>. Acesso em: 05 de julho de 2016.

Trade Policy Agenda (2015). The President's 2015 Trade Policy Agenda. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/President%27s%20Trade%20Agenda%20for%20Print%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2016.

Trade Policy Agenda (2016). The President's 2016 Trade Policy Agenda. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/2016-Trade-Policy-Agenda.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2016.

U.S. Department of States. The East-Asia Rebalance: Expanding U.S. Engagement. Bureau of Public Affairs. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/218988.pdf>>. Acesso em: 1 de setembro de 2016.

U.S. Department of the Treasury. **Recovery Act**. Disponível em: <<https://www.treasury.gov/initiatives/recovery/Pages/recovery-act.aspx>>. Acesso em: 25 de junho de 2016.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WTO (2016). **Information Technology Agreement**. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/tratop\\_e/inftec\\_e/inftec\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/inftec_e/inftec_e.htm)>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

WTO (2016). Information Technology Agreement: an explanation. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/tratop\\_e/inftec\\_e/itaintro\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/inftec_e/itaintro_e.htm)>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

YOUNG, Oran R. International regimes: problems of concept formation. **World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 32, n.º. 3, p. 331-356.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano** (1ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 312.

